

## O AGRONEGÓCIO DA CANA E A (DES)CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NUM PROCESSO LOCAL/REGIONAL/NACIONAL

Shiziele de Oliveira Shimada (Licenciada, Bacharelada e Mestranda NPGEO/UFS – Bolsista FAPITEC/SE – shiziele@bol.com.br)

Alexandrina Luz Conceição (Profa Dra Orientadora – NPGEO/UFS – aluz@oi.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que lhe oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza; utilizando-se de todas as formas de controle, expande-se mundialmente apropriando-se de todos os lugares.

Nessa dinâmica, os últimos governos brasileiros têm assumido o modelo de financierização da economia atendendo os interesses do Banco Mundial e seus subseqüentes órgãos de intermediações que através das políticas públicas aprofundam as desigualdades, embora contraditoriamente viabilize, mesmo que mínimas as condições de vida da população.

No espaço agrário, não podia ser diferente, tem sido destaque a política de ordenamentos territoriais sob a égide do modelo de desenvolvimento local. De um lado prioriza-se a pequena produção, de outro são incentivadas políticas de estímulo aos grandes proprietários através da exportação de *comoditties*. E nessa lógica, tem-se nos últimos anos, o modelo do agronegócio que vem se constituindo a principal polêmica no Brasil.

O agronegócio tem sido associado à tecnologia e se caracteriza como produção em fazendas modelos especializada, em um único cultivo (monocultura) em grandes faixas de terras, para a exportação. Com o crescente processo de expansão e obtenção do lucro ocasionado pela lógica do capital, temos o papel importante da cana-de-açúcar, esta que foi o principal produto na economia brasileira desde o período colonial do Brasil, tendo momento de avanços e crises.

Atualmente tem havido o incentivo a produção da cana-de-açúcar que vem assumindo um novo perfil no quadro de interesse de investimento no Brasil, e assim, a cana-de-açúcar inserida no agronegócio entra numa nova fase da economia brasileira, ocasionando uma nova configuração do espaço agrário, ou mesmo (des)configurando-o, através da devastação das terras para utilização da produção da cana; e também há a degradação social relacionado principalmente ao trabalho em situação subumana e de semi-escravidão e que persiste desde o período Colonial do Brasil.

Nesse contexto insere-se a região da Cotinguiba em Sergipe local propício a produção canavieira, para tanto é preciso fazer um recuo no tempo e verificar as características do povoamento do Brasil, onde está atrelada a ocupação do espaço nordestino e a produção da cana-de-açúcar que caracterizou e fortaleceu a economia num processo local/regional/nacional, através dos momentos de expansão, auge e crise; e a própria ação do Estado seja em articulação com a Metrópole portuguesa na época colonial, seja na atualidade através de políticas públicas e de incentivos aos pequenos agricultores.

Desse modo a cana-de-açúcar gera o novo boom à lógica do agronegócio no âmbito nacional/regional/local ocasionando uma (des)configuração espacial a partir dessa nova “roupagem” da modernização capitalista.

## **2. COMO SE ESTABELECE A (DES)CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**

No capitalismo, a dinâmica espacial é gerada pela lógica do capital, o qual tem suas idéias voltadas ao objetivo do lucro e livre concorrência, levando as diferentes mudanças ao longo do tempo no espaço geográfico. Como afirma Ariovaldo Umbelino:

O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias; portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias (1990, p.28).

A dinâmica espacial através da relação espaço-tempo pode ser observada desde o período da exploração do Brasil pelos portugueses, onde a costa nordestina foi o local mais favorável a sua entrada.

A costa nordestina foi, inegavelmente, dentre a grande extensão litorânea brasileira, a primeira a ser explorada. Por ela passavam as naus que da Europa vinham para a Terra de Santa Cruz; nela encontravam, por trás dos recifes, penetrando nos estuários por um ou dois quilômetros, abrigo contra as forças da natureza e contra os inimigos. Nele havia também o pau-brasil, largamente utilizado na Europa pela indústria da tinta (ANDRADE, 2005, p.71).

Deste modo, têm-se as primeiras mudanças no território brasileiro que foi iniciada pela articulação com o Estado mercantilista português, onde locais isolados do litoral transformaram-se em centros de ampla região de abastecimento e exportação tendo uma melhor comunicação com a Metrópole do que com os locais ao longo da costa brasileira. Fato esse, ocasionado pelo governo português para não haver manifestações contrárias ao seu poder.

Desde o período colonial a atividade econômica estava direcionada a produção de produtos primários para exportação, sendo formado por três grandes ciclos de produção – o da cana-de-açúcar, o do ouro e o do café – para suprir o mercado externo. Dos ciclos de produção, o da cana-de-açúcar é o principal, por estar presente na região Nordeste desde o período colonial, com momentos de expansão e de recuo como consequência de sua dependência em relação ao mercado externo.

A produção canavieira está bastante relacionada com os interesses dos proprietários das melhores terras que lucravam enormemente com as culturas de exportação, consolidando a formação do latifúndio, isto é, a grande propriedade rural, a vinculação dependente do país em relação ao exterior, a monocultura de exportação, a escravidão e

suas conseqüências. Surgindo a estrutura fundiária concentrada desde o período colonial e que irá permanecer com esta mesma face até os dias atuais.

Com a destruição das matas para a cana dominar sozinha, [...] a natureza do Nordeste deixou de ser um todo harmonioso na sua interdependência para se desenvolverem relações de extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a outros; da massa inteira da vegetação à cana imperial e todo-poderosa; de toda a variedade de vida humana e animal o pequeno grupo de homens brancos. (FREIRE, 1969, p.220).

A questão escravocrata foi de fundamental importância nesse processo de relações de produção onde a cana-de-açúcar e o escravo eram mercadorias, constituindo algo rendoso para os donos do capital. Conforme Martins:

Através do cativo, o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração de lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho e sim diretamente como mercadoria (...). Nesse sentido, as relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada (1979, p.15-16).

Em fins do século XVIII, houve a penetração das formas capitalistas de produção na região açucareira tornando o século XIX o início de um novo auge para o cultivo agrícola.

Conforme cita Almeida (1993), o século XIX é tido como o auge da produção do açúcar no Nordeste quanto em Sergipe, sendo testemunhado através da expansão da área de cultivo, do aumento do número de engenhos, da maior geração de recursos, do crescimento populacional urbano. Desse modo, o predomínio do açúcar imprimirá a concentração da riqueza em mãos de quem possui terras e escravos, e o empobrecimento da população livre que não têm acesso a terras propícias à cana-de-açúcar.

Verificando, assim, que “a economia nordestina açucareira possui um lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira” (FURTADO, 1976, p.66).

O século XX é marcado pelo processo de expansão da cana-de-açúcar que levou a gradativa inserção do Brasil no capitalismo mundial, gerando o processo de modernização regional pela “implantação de ferrovias, melhoramento nos portos, aparelhamento e financiamento de engenhos centrais e usinas” (CARVALHO & SANTANA, 1990, p.66). Como a modernização se limitou ao setor industrial, também houve uma reduzida mão-de-obra assalariada, ainda sendo utilizada uma relação não-capitalista de produção na agricultura.

Essa modernização da economia levou a uma desestruturação do “poder econômico” da região nordestina sobre as demais. Segundo Carvalho & Santana:

A hegemonia dos senhores de engenho, associada à burguesia comercial e ao aparelho estatal metropolitano, impediu que a ‘região’ [nordestina] diversificasse sua produção, configurando-lhe caráter essencialmente monocultor e tornando-a profundamente dependente das oscilações da conjuntura externa (1990, p.67).

Segundo Celso Furtado (1976), o sistema da monocultura açucareira sempre se ajustou às crises mantendo inalterada sua estrutura. Desde que o mercado de trabalho regional passou do regime de trabalho escravo para o trabalho assalariado, a estrutura fundiária, a dominância oligárquica e o atraso cultural contribuíram para que predominassem baixos níveis salariais, de modo que o ajuste do sistema às crises de mercado tinha na compressão de custos salariais outra importante base de apoio para a manutenção de sua estrutura.

Devido a esta estrutura de redução de controle do poder econômico, a crescente crise de mercado atingiu frontalmente os produtores do Nordeste e refletindo no processo de subordinação do Nordeste ao de dominação do Sudeste. Pois, o governo estatal começa a apoiar a economia cafeeira e, conseqüentemente, há o deslocamento do pólo econômico do Nordeste para o Sudeste do Brasil.

Dessa maneira a economia do Brasil não fica só atrelada ao açúcar, ocasionando a expansão de vários outros produtos para exportação e crescimento econômico brasileiro.

### ***2.1. O Espaço Agrário do Estado de Sergipe***

A Zona da Mata em Sergipe sempre esteve ligada à presença da cultura canavieira e seus engenhos, devido ao clima chuvoso e solos de massapé utilizados nessa exploração agrícola em todo o Nordeste, e ao rio Cotinguiba como importante via de penetração na Bacia do Rio Sergipe e de chegada e saída para o mar.

A produção açucareira torna-se o elemento de penetração do território e viabilização da ocupação do espaço da região nordestina, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento econômico de Sergipe, nos tempos coloniais. Nesse período, o território brasileiro era dividido em Capitânicas Hereditárias.

A cana-de-açúcar foi o primeiro cultivo industrial a ser introduzido em Sergipe, desde 1602. As condições ambientais decorrentes da presença de solos férteis e de clima úmido, na Zona da Cotinguiba, contribuíram para o desenvolvimento da monocultura canavieira e a produção do açúcar, em sua maior parte destinada à exportação para a Europa e para outros pontos do país (FRANÇA & CRUZ, 2007, p.161).

Assim, a Capitania de Sergipe foi doada aos sesmeiros, em que a pecuária era consolidada, e o açúcar somente assume força no final do século XVIII. Por isto se dizer que “o sergipano se tornou pastor antes de ser agricultor” (FRANÇA & CRUZ, 2007, p.24).

Como aborda Almeida;

As terras que margeiam os rios Cotinguiba e Sergipe são das mais férteis e propícias à cultura açucareira. Em fins do século XVIII a cana-de-açúcar e o algodão foram ganhando terreno sobre os cereais, exigindo um mecanismo garantidor de sua exportação. A importância econômica da região viria então a tornar a navegabilidade da barra a maior preocupação das lideranças. A maior produção que por ela tinha de se escoar estava sempre a exigir uma maior atuação dos governantes na busca de soluções que a tornassem apta ao desempenho econômico que a região lhe reservava (1984, p.31).

No século XIX, a lavoura açucareira passa a se espalhar pelas bacias dos rios que cortam o território sergipano, enquanto que o gado foi sendo empurrado para o interior. Assim, o cultivo da cana e a produção do açúcar se impõem como atividades em torno dos quais vai girar a vida econômica da província e que fornecem as bases para importantes mudanças na sociedade sergipana (FRANÇA & CRUZ, 2007). Como cita Almeida, “para Sergipe parecia (...) que na cana-de-açúcar residia sua vocação agrícola por excelência, única capaz de lhe assegurar uma posição privilegiada no sistema econômico brasileiro” (1984, p.108).

Toda essa formação de crescimento econômico gera as relações capitalistas desiguais. Como no Brasil, o estado de Sergipe teve a elite açucareira que dominou a área da cana-de-açúcar, formada pelos senhores de engenho tendo os plantadores de cana como subalternos.

Essa dinâmica está relacionada ao movimento acelerado de fragmentação de terras, e devido a Lei de Terras de 1850, a medida que a terra passa a ser mercadoria, constituindo-se reserva de valor, tendo assim o início da problemática fundiária no Brasil.

O processo de valorização da terra ocasionou o seu fracionamento e por outro lado a concentração de grandes propriedades. A impossibilidade da apropriação da terra resulta no crescimento da mão-de-obra livre, surgindo a modificação do trabalho escravo para o trabalho livre.

No decorrer do século XIX e início do século XX, instalaram-se as usinas em Sergipe, ocasionando um maior número na produção de cana-de-açúcar e um acelerado processo de concentração de terras. Assim, a modernização tecnológica da economia açucareira leva ao crescimento da produção industrial, no entanto com a crise do mercado mundial houve uma drástica queda na economia e o crescimento do cultivo do café. No entanto houve mudanças nas últimas décadas do século XX devido o aumento de produção da cana e a sua nova configuração sócio-espacial.

Houve um aumento de produtividade devido a redução de petróleo em âmbito mundial ocasionado por guerras no Oriente Médio. Assim, o Governo Federal começa incentivar os produtores através de projetos de beneficiamento à produção como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e do PROÁLCOOL. Em Sergipe, através do PROÁLCOOL em 1975, houve uma ampliação na produção da cana-de-açúcar em quase 200%. Com a extinção do programa houve uma considerável redução das áreas plantadas (FRANÇA & CRUZ, 2007).

(...) a dinâmica em que se assentou territorialmente a diferencialidade da produção da cana-de-açúcar foi, a rigor, potenciada por um conjunto de ações do Estado que foram capitalizadas diferencialmente pelas empresas.

Por sua vez, esse processo consubstanciou-se na sustentação financeira e programática do Proálcool pela via dos financiamentos subsidiados, facilidades creditícias, subsídios indiretos (diferenciados nacionalmente) através dos agentes financiadores estatais (...), bancos comerciais estaduais e, indiretamente, a partir de repasses de verbas especiais por entidades como Sudene, Sudam, Sudeco e, ainda, a participação de bancos privados internacionais como o BID, Bird e FMI. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.88)

Importante ressaltar que o ano de 1960 foi marcado por ações direcionadas pelo Estado para a modernização da agricultura, tendo a aprovação do Estatuto de Terra, lei nº 4.504 de 30/11/1964 como importância às agroindústrias. Na década de 70, com a crise do setor energético, a cana-de-açúcar torna uma alternativa para a área dos transportes. Esses acontecimentos tiveram como resultado: a concentração brutal de capitais nas mãos dos grandes grupos do setor açucareiro; a redução cada vez mais crescente dos pequenos produtores que se tornam cada vez mais impossibilitados de competir no mercado. Resultando na concentração da produção nas mãos de um pequeno grupo de grandes proprietários de usina e o fechamento das pequenas unidades produtoras.

## ***2.2.A Cana-de-Açúcar e a Nova Configuração no Final do Século XX***

O Capital Monopolista, em fins do século XIX, começa a se estabelecer na relação mercado, mão-de-obra e matéria-prima gerando a acumulação do capital. Na agricultura, desenvolve-se no aumento qualitativo da produtividade do trabalho e reduções dos preços, ocasionando a acumulação.

Para que se tenha uma produção acelerada inicia o processo de industrialização na agricultura, evidenciando a formação da agroindústria. Com isso, Oliveira (1990) identifica que através do capital solda-se novamente o que ele separou: agricultura e indústria, cidade e campo; ou seja, o capital sujeita o trabalho que se dá no campo.

O espaço agrário brasileiro leva as mudanças nas últimas décadas devido à nova estrutura produtiva gerada pelo sistema capitalista com a sua nova roupagem – a agroindústria – tendo o mesmo intuito de acumulação de riqueza. Com o crescente processo de expansão e obtenção do lucro temos o papel importante da cana-de-açúcar, esta que foi o principal produto na economia brasileira desde o período colonial do Brasil, tendo momento de avanços e crises.

Essa mudança no território brasileiro pode ser observada pelo crescimento da área de cana para atender às necessidades das usinas vem transpondo as fronteiras das regiões e dos estados com tradição no cultivo dessa planta, como são os casos da zona da mata do Nordeste distribuída pelos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Também há os novos investimentos que avançam em áreas da região Centro-Oeste, nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. No Sul do Brasil, o Paraná já é o segundo maior produtor de cana do país. No Sudeste, a cana ganha novos espaços em Minas Gerais, Espírito Santo e no Rio de Janeiro. No Nordeste, também é significativa a expansão da cultura nos estados da Bahia e do Maranhão. Tem-se hoje o estado de São Paulo como o maior produtor de cana do país, avançando sobre áreas de pastagem e de culturas agrícolas, como soja, laranja e milho (área estimada em 3,3 milhões de hectares). São 282,1 milhões de toneladas ou 59,9% do total produzido no Brasil (Dados da CONAB, 2007).

Devido a essa realidade, os negócios no setor agroindustrial da cana no Brasil estão em franca expansão, podendo verificar através da crescente expansão da área de cultivo de cana; da instalação de novas unidades industriais (usinas e destilarias), e do incremento das vendas de máquinas (para plantio e colheita), fertilizantes, defensivos (para controle de pragas e doenças) e da produção de mudas para fornecimento aos agricultores. A previsão é de que na safra 2006/2007, iniciada em abril último, sejam colhidas 469,8 milhões toneladas de cana-de-açúcar, um recorde histórico (8,9% mais que as 431,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar colhidas na última safra) (Dados da CONAB, 2007).

Muitos países do mundo estão substituindo o MTBE (sigla de metil-tércio-butil-éter), um derivado de petróleo usado como carburante na gasolina, pelo álcool combustível etanol, devido esta demanda pelo álcool combustível, o Brasil hoje lidera o mercado mundial do açúcar, sendo seu principal comprador os países pertencentes da União Européia.

Nessa nova dinâmica, o Brasil é o maior produtor no mundo, de cana, de açúcar e o do álcool, e o maior exportador mundial de açúcar e álcool. Para manter esse *boom*, o governo brasileiro tem incentivado a produção através de programas de crescimento no modelo do agronegócio em sintonia com os interesses do Banco Mundial e seus subsequentes órgãos de intermediações.

Nesse contexto, o estado de Sergipe inicia um novo processo econômico pela produção da cana-de-açúcar, gerando uma nova configuração sócio-espacial não só na região da Cotinguiba situada na Zona da Mata do estado de Sergipe, local propício a produção canavieira, devido ao solo fértil e a presença de clima quente e úmido, dividida em duas microrregiões: a microrregião do Cotinguiba – compreendendo os municípios de Capela, Divina Pastora, Santa Rosa de Lima e Siriri – e a microrregião do Baixo Cotinguiba, constituído pelos municípios de Carmópolis, General Maynard, Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas; municípios com produção de cana, exceto General Maynard. Além da presença da produção de cana-de-açúcar em outros municípios sergipanos como Japarutuba, Pacatuba, Japoatã, Nossa Sra. das Dores, Areia Branca, São Cristóvão, Neópolis, Muribeca, São Francisco, Malhada dos Bois, Santana do São Francisco, Sta. Luzia do Itanhy e Itabaianinha. (Dados do IBGE, 2006).

Nota-se que esse aumento surge devido os pequenos produtores por não terem condições de participarem do mercado açucareiro ativamente, arrendam suas terras aos grandes proprietários. Sendo assim, o produtor se torna trabalhador, vendendo além da terra, a sua força de trabalho e de sua família numa relação de sobrevivência as intempéries do capital que prevalece no espaço agrário sergipano, produzindo uma (des)configuração através da nova “roupagem” do agronegócio.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente texto faz parte do meu ante-projeto para entrada no mestrado sendo necessário ainda a realização de outras análises complementares; contudo, pode-se observar que na atualidade a cana-de-açúcar está inserida no agronegócio, entrando numa nova fase da economia brasileira sendo vista como “a nova estrela do agronegócio brasileiro”. Ocasionalmente uma nova configuração do espaço agrário através da devastação das terras

para utilização da produção da cana. E também há a degradação social relacionado principalmente ao trabalho em situação subumana e de semi-escravidão e que persiste desde o período Colonial do Brasil.

Dessa maneira é de fundamental importância a compreensão dessa temática que instiga o debate acirrado e tão atual no cenário nacional que é o agronegócio da cana inserido na lógica do capital que contraditoriamente (re)organiza o espaço, ocasionando a constante transformação do espaço agrário num processo local/regional/nacional.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*, Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista*, Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*, São Paulo: Cortez, ed.7ª, 2005.

CARVALHO, Martha M. Falcão & SANTANA, M. *Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920/1962*, João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

**CONAB** (Companhia Nacional de Abastecimento), 2006. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb/>

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, M<sup>a</sup> Tereza Sousa (org.). *Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Grafset, 2007.

FREIRE, G. O nordeste do açúcar. In: RIEDEL, D. (Org.). *Os canaviais e os mocambos: Paraíba, Pernambuco e Alagoas*. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 210-224. (História e Paisagens do Brasil, v. 3).

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 14ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

**IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da terra*, São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

THOMÁZ JUNIOR, Antônio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.